

**O ESTADO DA ARTE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: EPISTEMOLOGIAS
NEGRAS E LÉSBICAS DESCONSTRUINDO A HOMOGENEIDADE
COLONIAL**

**THE STATE OF THE ART OF GENDER RELATIONS: BLACK AND
LESBIAN EPISTEMOLOGIES DECONSTRUCTING COLONIAL
HOMOGENEITY**

Ykaiara Miranda Rodrigues¹

Resumo

Partindo da premissa de que a construção social do gênero, tal como o concebemos, está intrinsecamente ligada ao projeto colonial moderno e ao desenvolvimento global do sistema capitalista, esta pesquisa oferece um breve panorama do Estado da Arte sobre a História das mulheres e das relações de gênero, buscando desvelar o mito de uma suposta natureza que delimita os papéis comportamentais adequados a cada sexo e que continua enclausurando os seres humanos em categorias fixas e opostas de “homem” e “mulher”, como uma forma de justificar hierarquias entre os grupos. Nesse sentido, adota-se como perspectiva analítica, epistemologias do Sul Global que versam sobre a temática, bem como perspectivas feministas negras e lésbicas que problematizaram os discursos e os cânones estabelecidos no interior do movimento feminista. Vale dizer que essas mulheres foram as pioneiras em questionar o modelo de *mulher* e de feminilidade que se perpetuou no Ocidente e, por esta razão, continuam tendo suas contribuições invisibilizadas para a História. Assim, espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais profunda e crítica sobre as dinâmicas de poder que permeiam a construção das identidades de gênero no sistema capitalista moderno.

Palavras- Chave: História das Mulheres e das relações de gênero; colonialidade; epistemologias do sul; interseccionalidade.

¹ Graduada em Licenciatura em História (2022) pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR/UFF Campos. Em 2019 foi monitora voluntária na disciplina de História da Modernidade (2019) e integrante voluntária do projeto de pesquisa "Não somos donas do nosso corpo: gênero, raça e classe nos processos de defloramento e estupro em Campos dos Goytacazes (1890-1920)" coordenado pela professora Érika Bastos Arantes para o programa de desenvolvimento acadêmico (PDA) da UFF Campos. E-mail: ykaiaram@gmail.com.

Abstract

Based on the premise that the social construction of gender, as we understand it, is intrinsically linked to the modern colonial project and the global development of the capitalist system, this research offers a brief overview of the State of the Art on the History of women and gender relations, seeking to unveil the myth of a supposed nature that delimits the behavioral roles appropriate to each sex and that continues to enclose human beings in fixed and simulated categories of “man” and “woman”, as a way of justifying hierarchies between groups. In this sense, the analytical perspective adopted is epistemologies from the Global South that deal with the theme, as well as black and lesbian feminist perspectives that problematized the discourses and canons established within the feminist movement. It is worth mentioning that these women were the pioneers in questioning the model of woman and femininity that was perpetuated in the West and, for this reason, their contributions to History continue to be invisible. Thus, it is expected that this study will contribute to a deeper and more critical understanding of the power dynamics that permeate the construction of gender identities in the modern capitalist system.

Keywords: History of Women and gender relations; coloniality; southern epistemologies; intersectionality.

Introdução

Será possível a emancipação feminina sem o resgate de conhecimentos prévios acerca de nosso passado histórico? A partir de minha experiência enquanto um corpo que foi enquadrado nas categorias *mulher*, *lésbica* e *parda*, tenho refletido sobre a necessidade de nos reconhecemos enquanto sujeitas históricas para além de todas as narrativas que nos é apresentada e que não corroboram com nossa perspectiva mundana. Reconhecer o nosso passado e entendê-lo nos possibilita, na atualidade, nos definirmos em nossos próprios termos. A noção de que “não se nasce mulher, torna-se²” já é bastante difundida

² Originalmente a tradução que consta no meu livro é: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” cujo a autoria pertence à filósofa francesa Simone De Beauvoir. No entanto, preferi manter a frase que literalmente tem sido empregada nos meios de comunicação e nas rodas de conversas em que o debate sobre o conceito de gênero tem se popularizado. BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: a experiência vivida**/ Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. – 5.ed – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2019, p. 11.

nos meios de comunicação, apesar de ninguém saber nos dizer muito bem o que seríamos para além de tudo que nos foi imposto. E a verdade é que talvez nem nós saibamos. É isso que acontece quando todas as noções que temos sobre nós mesmas foram estabelecidas pelos protagonistas da ciência histórica: os homens brancos que a conceberam e foram responsáveis por sua escrita.

É inquestionável que a institucionalização da História como disciplina no século XIX e o implícito anúncio do homem branco heterossexual como sujeito universal em seu discurso, ajudou a moldar a forma com que compreendemos a realidade social e o mundo. Tudo que sabemos sobre nós mesmas e sobre os outros, veio de uma narrativa que excluiu mais da metade dos seres humanos existentes de sua produção e de seus registros, ao mesmo tempo em que estabeleceu inúmeras “verdades” sobre nós que foram constantemente chacoalhadas com o advento dos estudos sobre as mulheres e, posteriormente, com o estabelecimento do campo de pesquisa sobre a História das Mulheres e das relações de gênero na academia (Rago, 1998).

Devido à efervescência dos estudos neste campo, hoje cabe dizer que seu surgimento também partiu de vozes privilegiadas: das mulheres brancas heterossexuais do Norte Global³ que edificaram o sujeito *mulher* do feminismo. Desse modo, ao excluir diversas mulheres de suas narrativas, o movimento feminista ajudou a consolidar um ideal de mulher que não serviu a todas e em consequência disso, revelou uma contradição intrínseca à própria categoria, sendo necessária, portanto, uma crítica a mesma.

Assim, por meio de um levantamento bibliográfico crítico sobre as epistemologias marginais à História, o objetivo desta pesquisa se concentra em evidenciar as contradições que permeiam toda a construção das identidades de gênero no ocidente europeu e que posteriormente se consolida nas Américas com o advento das colonizações. Nesse sentido, darei uma ênfase as vozes das mulheres negras e lésbicas que foram as pioneiras em tecer uma crítica ao modelo de *mulher* forjada pelos cânones da História e que fora constantemente reforçado pelo movimento feminista hegemônico.

Na primeira seção, apresento uma análise crítica sobre a questão da mulher na narrativa histórica e discorro sobre sua representação e as contradições que marcaram a

³ Norte Global aqui é utilizado com o mesmo sentido atribuído por Santos e Meneses (2010) na introdução da obra “Epistemologias do Sul” que diz respeito aos continentes do Norte global (Europa e América do Norte) em relação à América do Sul (Sul Global), não somente se referindo a uma distância territorial, mas também a uma distância simbólica de prestígio de produção que advém de uma lógica de poder entre colonizador e colonizado. Ver sobre em: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. In: Epistemologias do Sul. 2010.

escrita desta História por consolidar a construção sociopolítica das categorias vigentes “*homem*” e “*mulher*”. Além disso, discorro sobre a construção social do gênero no sistema mundo moderno, o relacionando com o desenvolvimento global do sistema capitalista e as colonizações europeias nas Américas.

Na segunda seção, problematizo com mais ênfase a construção social das identidades de gênero no ocidente, dando voz às perspectivas negras e lésbicas sobre a categoria universal da *mulher* e seus não-lugares nesse sistema organizativo. Por fim, teço as considerações finais, reivindicando a quebra com a homogeneidade colonial que nos forja *mulher*, a fim de substituir este entendimento pela perspectiva de que somos *mulheres* e, sendo mulheres, também somos atravessadas por outros marcadores sociais que nos fazem ter experiências e atravessamentos distintos no cotidiano.

A *mulher* na História e suas controvérsias

A chamada “segunda onda”⁴ do movimento feminista que teve origem na Europa e nos Estados Unidos, a partir da década de 60, e que posteriormente se expande para a América Latina, marca o ressurgimento de uma efervescência do ativismo das mulheres na reivindicação de seus direitos políticos mundo afora. O campo da *História das Mulheres* surge nas universidades estadunidenses neste mesmo período, evidenciando um amplo e contínuo apagamento de suas vozes e realidades dos registros históricos. O conceito de *gênero* desenvolvido a posteriori no bojo dessas discussões feministas, nos leva a refletir sobre as relações de poder numa sociedade patriarcal, na medida em que ele surge na década de 80 como uma forma de legitimar esse novo campo de pesquisa que tinha como objetivo refletir sobre o passado das mulheres e as diversas formas de opressão que incidem sobre elas (Scott, 1992).

⁴ “São vários os estudos que nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma sequência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista que se inicia em meados do século XIX e vai até a metade do XX; a “segunda onda”, que começa na década de 1960, nos Estados Unidos, e na década de 1970, no Brasil, é marcada pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, iniciada nos anos 1990, evidencia mulheres até então deixadas em segundo plano: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras. No entanto, é preciso dizer que essa divisão precisa ser vista com fins apenas didáticos, pois por mais que algumas pautas ganhem destaque em determinado momento, existem pautas e referenciais diferentes paralelamente. O uso da ideia de ondas, segundo Perez e Ricoldi (2018), serve para organizar a realidade, apontando tendências do movimento feminista, mas não deve ser limitadora da sua análise, desconsiderando a trajetória, contradições e diversidade do campo social.” (Arantes, 2023, p.97). Ver sobre em: **Poiesis e alquimia feministas: entretecendo porvires epistemológicos** / organizadoras Alice de Araujo N. Pereira ... [et al.]. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: MC&G Editorial, 2023.

Segundo Scott (1992), as reivindicações femininas por uma formulação de uma narrativa histórica que as levassem em consideração, foram vistas pelos acadêmicos como uma espécie de ativismo político e, dentro da lógica de cientificidade vigente naquele contexto, a História não poderia ir de encontro à parcialidade e interesses próprios. Logo, os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos por essas mulheres numa perspectiva feminista eram sistematicamente atacados como sendo estudos meramente ideológicos e sem nenhum tipo de rigor profissional pelos homens do ofício. Nesse sentido, vale ressaltar que a utilização do termo *gênero* em um primeiro momento, serviu para substituir a categoria *mulher* nos trabalhos das historiadoras que se propunham a dar conta de uma possível *História das Mulheres* (Pedro, 2005), buscando também, certa validação acadêmica para suas pesquisas, uma vez que o conceito se mostrava “[...] aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato” (Scott, 1992, p.65).

O estabelecimento do campo e as críticas feitas ao modo de se produzir História, evidenciaram a impossibilidade da neutralidade da narrativa ao trazer à tona o seu lócus de enunciação. Como seria possível a ciência histórica ser neutra e imparcial, se sua produção e seus métodos partiam sempre de um grupo muito bem específico - homens, brancos e heterossexuais - que excluía as mulheres e diversos outros atores sociais de sua produção e das análises feitas?

Scott (1992) e Perrot (2005) nos mostram que os questionamentos trazidos com a entrada massiva das mulheres nas universidades, chacoalharam as noções dos padrões científicos estabelecidos e suas supostas neutralidades, e que o ofício da História não podia se dar dentro da ideia fechada de um corpo unitário, tal como aquele que tinha se constituído.

Cabe mencionar também, a influência da revolução historiográfica promovida pela *Escola dos Annales* no estabelecimento dessas críticas, tendo em vista que o novo campo da *História Social* inaugurou novas possibilidades de abordagens para o historiador e permitiu com que as mulheres fossem consideradas objetos de estudo. A História que seguia à risca positivista, partia do princípio de que só as documentações governamentais oficiais podiam ser analisadas e entendidas como fontes. Logo, não surpreende a invisibilidade feminina e de outras minorias sociais nesses documentos. Além disso, vale dizer que este tipo de relato se bastava em narrar os grandes acontecimentos políticos e a exaltar os feitos dos homens que foram considerados grandes heróis nacionais (Do Amaral Alves, Becker, 2018).

Bem como Do Amaral Alves e Becker (2018) pontuam, a percepção de História trazida com os Annales quebra com essa ênfase política e traz à tona, especialmente em sua terceira geração, a noção de uma “história vista de baixo” postulada por E.P. Thompson, que tinha como objetivo debruçar-se sobre os feitos das pessoas comuns que não foram consideradas até então, a exemplo do povo, ampliando desta forma, o leque de possibilidades de fontes. No entanto, as autoras apontam para o fato de que, desde seu estabelecimento, a História das mulheres não se tornou um objeto de pesquisa exaltado pelos historiadores, sendo concebida apenas como algo à parte da História, um mero complemento. Essa subalternização da História das mulheres reforça a complexidade da proposição deste campo, na medida em que a História de um único viés se estabeleceu, a mesma que ainda é ensinada nas escolas e nas graduações e que aprendemos como sendo a “oficial”.

Lerner (2019) discorre sobre as problemáticas desta História de caráter universal que omitiu o passado da metade dos seres humanos. A autora nos mostra que, apesar de alguns homens também terem sido excluídos deste registro, isso se deu por questões relacionadas às suas respectivas classes sociais⁵, nunca em função de seu sexo e do significado atribuído a ele, como aconteceu com o caso feminino. Nesse sentido, é possível concluir que a invisibilidade histórica é algo que marca e inaugura a *História das mulheres*, uma vez que esta é edificada dentro de uma lacuna que condiciona essas sujeitas a se enxergarem pertencentes a uma identidade coletiva construída dentro desta lógica de exclusão. A autora pontua que o discurso histórico que se estabelece enquanto História serviu para aprisionar suas existências e reduzi-las às instituições patriarcais que as levam a crer que o papel social da mulher é único e exclusivamente o da reprodução e do cuidado. No entanto, ela ressalta que apesar de todo esse passado silenciado, as mulheres também são sujeitas históricas dotadas de agência e é um grande equívoco as conceituar essencialmente como vítimas.

Nessa mesma direção, Michelle Perrot (2005) discorre sobre a importância da escrita dessa história para a formação de uma consciência feminina sobre seu próprio ser. A autora mostra que por mais que a História das Mulheres não tenha mudado a condição delas na sociedade, ao menos as fazem compreendê-la, uma vez que toda a História se

⁵ Gerda Lerner não problematiza a questão racial em sua obra, mas a mesma lógica pode ser aplicada se pensarmos que a raça foi um conceito social desenvolvido no século XIX para justificar a exclusão e a subordinação de homens e mulheres racializados.

inscreve por uma óptica masculina que as impõe ao silêncio da esfera privada e que repreende seus movimentos na esfera pública. Desse modo, Perrot (2005) ressalta que a impossibilidade prescrita à mulher de falar sobre si mesma, acabou por abolir seu próprio ser, ou tudo aquilo que se poderia saber dele. Assim, o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus e as mulheres nas diferenças estabelecidas por eles, sempre inventadas e definidas ao seu bel prazer, sempre inferiorizadas e reduzidas por seus olhares. A autora coloca que, ao mesmo tempo em que eles não sabem nada de concreto sobre elas, difundem inúmeros discursos e imagens a seu respeito. Logo, para Perrot (2005, p.10-11) “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre [...]”.

As imagens difusas, conforme aponta Vasconcelos (2005), estiveram quase sempre associadas a um maniqueísmo que dividiu as mulheres entre “boas” e “más”, cujo maior simbolismo disso na sociedade ocidental, se dá nos extremos opostos das figuras bíblicas de Eva e Maria, que vigoram até hoje como herança de uma teologia cristã; sendo Eva a figura pecaminosa e sedutora que amaldiçoou o homem o desviando do caminho da salvação e Maria como a face divina da maternidade e da virgindade que deveria ser cultuada por toda mulher. Cabe dizer, no entanto, que essas representações feitas sobre homens e mulheres ao longo da História, não podem ser entendidas como representações homogêneas que englobam e servem a todos os corpos. Tal como os homens da espécie, as mulheres também são múltiplas e foram peças centrais para o estabelecimento da sociedade e, assim sendo, a finalidade deste trabalho é contribuir com o resgate desta História e, ao mesmo tempo, mostrar a heterogeneidade que compõe a categoria *mulher*, por vezes esquecida pelos movimentos feministas ocidentais.

No contexto das décadas de 60 e 70, quando o campo de estudos sobre a História das mulheres estava se constituindo a nível global, as feministas não buscavam de início uma proposição de teorias, apenas reivindicavam o lugar das mulheres na narrativa histórica. Por conseguinte, esse movimento forjou uma identidade coletiva sobre as mulheres que desde o século XIX, fora constantemente contestada. Segundo Pedro e Soheit (2007) e Scott (1992, 1995), a proliferação de pesquisas do campo trouxe à tona inúmeras contradições sobre as realidades distintas vivenciadas por essas mulheres que balançam a noção de uma identidade una. Ao mesmo tempo que o movimento nasce denunciando a figura do homem branco como ser humano universal, inaugura uma noção

única de mulher como sendo branca e heterossexual e, assim, exclui de sua narrativa todas as realidades dissidentes que sempre reivindicaram a consciência de uma diferença dentro da diferença por parte dessas feministas, mas que não obtiveram voz e nem espaço no movimento.

Nesta via, cabe dizer que a epistemologia feminista também inaugura um lócus de enunciação, uma vez que surge do mesmo contexto ocidental e imperialista do qual surgem as ciências modernas. Sendo assim, apesar de as mulheres se caracterizarem como um grupo sexual oprimido em diferentes sociedades e contextos históricos, foram as mulheres brancas e heterossexuais que puderam teorizar sobre essa realidade sexista em um primeiro momento e isso cria e vai reforçar este ideal imaginário de mulher que se cristaliza no Norte Global e posteriormente chega aos países de Terceiro Mundo com as colonizações. A *mulher* se inscreve na História, portanto, como o oposto complementar do *homem*, este europeu, branco, burguês, heterossexual e cristão. Ela é vista e se vê como subordinada a ele, a quem deve obediência e pertencimento sexual.

De acordo com Saunders (2017), essa leitura de mundo faz parte da tradição cristã da Europa Ocidental que, de certa forma, influenciou muitas noções científicas que se estabeleceram no século XIX, inclusive, os papéis de gênero que definem características comportamentais específicas para cada sexo e que reforça simultaneamente as noções culturais de *homem* e *mulher* que se consolidaram no Ocidente. A autora diz que a construção dessas e das demais categorias de diferença que surgem, estão diretamente relacionadas com o projeto epistemológico colonial que coloca a figura desse homem, branco, burguês e heterossexual como o ser humano universal. Nesse sentido, o *não-humano* é definido como o *indigno* e posteriormente como o *negro africano*, já a *mulher* é entendida como o ser *não-completamente-humano*, “[...] cuja diferença humana é baseada em sua genitália imaginada [...]” (Saunders, 2017, p.106). Em suas palavras:

Esse projeto está enraizado em um processo de criação do mundo novo que resultou do colonialismo da Europa Ocidental nas Américas. Esse momento se entrelaçou com movimentos políticos maiores na Europa que derrubaram as monarquias estabelecidas e as elites eclesíásticas, tendo apenas seu sistema de organização social (cristão, hereje [*sic*], anjo/demônio, limpo/sujo, etc.) redefinido à luz do encontro colonial, no qual os homens europeus tentaram dar sentido a si próprios e ao seu lugar na ordem colonial emergente, e o resultado disso foi a rearticulação do conceito de homem ao longo do que agora consideramos como termos racializados. Ou seja, as justificativas para a inclusão e exclusão nos estados cristãos pré-coloniais se tornaram as justificativas naturalizadas para diferentes tipos de humanos/não-humanos durante o período colonial. (Saunders, 2017, p. 104)

Assim, vale dizer que a criação da ideia de *raça* por esses homens brancos fora preponderante na desumanização dos corpos negros, uma vez que estes sequer foram contemplados com as categorias que classificam sexualmente os seres humanos. Enquanto o homem branco se inscreveu na História como a imagem e semelhança de Deus, os demais foram inscritos como selvagens e desalmados por sua condição étnico-racial. Da mesma forma, apesar de ser entendida como *não-completamente-humana*, houve um maniqueísmo imposto à figura da mulher branca que a permitia ter possibilidades de oscilar entre uma representação da “boa” e a da “má” mulher, no que tange à sua sexualidade. Já as mulheres negras, tiveram seus corpos desumanizados desde o início das colonizações e foram vistas como uma mercadoria de várias finalidades para o europeu que, ora o serviria sexualmente, ora serviria para alimentar seus filhos. Desse modo, essas mulheres foram representadas na História, como seres pecaminosos e animais por não atenderem o ideal da feminilidade branca estabelecido e até hoje sofrem com o estigma da hipersexualização e objetificação de seus corpos (Viana; Santos; Ezechiello, 2019)

Vale ressaltar que o projeto colonial que cria a noção de *raça* para hierarquizar pessoas, também cria outras categorias buscando esse fim. Logo, a noção de *homossexualidade* adentra pela primeira vez no discurso científico e médico do século XIX, de forma a reforçar a *heterossexualidade* como o único modelo legítimo para caracterizar as relações afetivas e sexuais entre os seres humanos, ou mais precisamente, entre os homens com as mulheres. Foucault (1998) elucida a construção deste modelo e como ele vai se cristalizando na Europa ao longo dos séculos. De acordo com o autor, é a partir de uma total repressão da sexualidade que a heterossexualidade foi sendo construída como uma norma social, uma vez que outras práticas sexuais foram silenciadas e interditas do discurso como se fossem inexistentes.

Desse modo, a *homossexualidade* que substitui a palavra *sodomia* do discurso de época e surge para caracterizar os indivíduos que se relacionavam com outros do mesmo sexo, já nasce patologizada e como um desvio por ser confrontada com a norma heterossexual que sempre encontrou respaldo na teologia cristã sob o argumento da procriação. A categoria *lésbica*, surge nesse mesmo século para caracterizar as homossexuais femininas e passa totalmente despercebida das narrativas históricas produzidas, tanto pelos homens do ofício, quanto pelas feministas que buscavam o lugar

da mulher na História. Consequentemente, entre os silêncios e as interdições de suas práticas no discurso da vida social, não existiu possibilidade para mulher lésbica ser inscrita e/ou escrita, nem como mulher e nem como lésbica, uma vez que a historiografia se desenvolve a partir de uma lógica fundamentalmente patriarcal. Se a História das mulheres é erigida sob um contexto de exclusão em que se forja a identidade *mulher*, a identidade *mulher* por si só foi construída sobre os silêncios de muitas mulheres e o objetivo maior desta pesquisa é justamente ecoar essas vozes silenciadas.

Scott (1995) aponta que a efervescência dessas questões da diferença entre as próprias mulheres, mostrou a necessidade de se pensar teoricamente a construção da diferença entre os homens e as mulheres para além do caráter descritivo das primeiras pesquisas desenvolvidas no campo, que tendia a conceber essas categorias como sendo fixas, naturais e opostas. O conceito de *gênero* surge então para teorizar a questão da diferença entre os corpos sexuados e como essa diferença é reforçada culturalmente de forma a designar papéis sociais específicos a cada um deles. A proposição do conceito como uma categoria de análise pela autora, suscitou uma quebra de paradigma epistemológico que colocou em evidência a questão do poder implícito na própria dicotomia homem/mulher que estrutura a sociedade. Em sua definição: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]” e “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.86).

Partindo desse pressuposto, Scott (1995) discorre sobre o gênero não ser o único campo onde o poder é articulado e reitera que como uma categoria de análise, ele possibilita a visualização de como diferentes instâncias de poder se interseccionam para estabelecer os lugares de homens e mulheres em todos os seus atravessamentos de raça, classe e sexualidade na esfera social. Afinal, a História se estabeleceu por um viés masculinista, branco, racista, homofóbico e classista e, conforme o pensamento de bell hooks (2020), essas diferenças foram determinantes para ofuscar as experiências comuns compartilhadas entre os corpos. Assim como as realidades de mulheres eram múltiplas e distintas e apenas uma se sobressaía no discurso histórico, os atravessamentos sobre os corpos masculinos também o eram e, nessa lógica, conforme já mencionado, alguns sequer foram contemplados com o ideal de *homem* esboçado. Desse modo, a categoria de gênero também trouxe à tona o aspecto relacional das identidades, mostrando que estas

só podem ser compreendidas em coexistência e que seus significados variam conforme o contexto de análise.

A História das Mulheres, portanto, contesta e desnuda todas as noções que temos sobre os seres humanos no que diz respeito às imposições sociais que solidificaram as identidades de gênero e estabeleceram os significados culturais ainda vigentes de *homem* e *mulher*. Partindo disso, Scott (1992) e Rago (1998) reiteram que a desvalorização desta narrativa se dá justamente pela escrita da História ter nascido excluindo diversos atores sociais de seu relato, o que forjou vários “Outros” no discurso histórico como invisíveis e insignificantes e generalizou as experiências de homens brancos letrados.

Hoje sabemos que essas hierarquias de diferença inauguradas pelo projeto colonial foram determinantes para o desenvolvimento global do sistema capitalista que toma a categoria de *raça* como fundante de seu projeto. Na análise primorosa de Quijano (2005), o autor nos revela como o padrão de poder capitalista está necessariamente vinculado ao colonialismo nas Américas e ao desenvolvimento de uma racionalidade europeia que organizou o mundo a partir da hierarquização de pessoas. Ao longo de toda sua argumentação, ele descreve a relação da *raça*, que permitiu com que os europeus se apoderassem de todas as formas de controle e de exploração do trabalho com o desenvolvimento do capitalismo, dada a invenção da relação capital-salário que foi estabelecida a nível global.

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma *raça* dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus)– foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (Quijano, 2005, p. 119)

Conforme aponta Lugones (2008), apesar desta análise ter tentado reconhecer uma possível ligação entre a *raça* e o gênero como fundamentais para o desenvolvimento do *sistema-mundo-moderno*, ele tende a conceber o segundo pelo mesmo viés capitalista, eurocêntrico e global no qual este se impõe, ou seja, como uma classificação social *natural* que se fundamenta a partir das diferenças biológicas entre os homens e as

mulheres. “[...] Assim, para Quijano, as lutas pelo controle do “acesso ao sexo, seus recursos e produtos” definem a esfera sexo/gênero e são organizadas a partir dos eixos da colonialidade e da modernidade” (Lugones, 2008, s.p). Para a autora, a *colonialidade* que o autor se refere, não se trata apenas da classificação racial da sociedade neste novo sistema-mundo

Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder, e como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. (Lugones, 2008, s.p)

Nesse sentido, Lugones (2008) traz à tona a percepção de que ao se classificar as pessoas a partir dessas categorias trazidas pela racionalidade europeia, essas mesmas categorias seguirão reforçando os significados que surgem para nomear e seguirão invisibilizando experiências d “[...]aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, asiática”, “nativo-americana”, “chicana” [...]”, dentre outras (Id., 2008, s.p). Assim, inspirada pelo pensamento de Kimberlé Crenshaw, que desenvolve o conceito da *interseccionalidade*, a autora clama por um esforço conceitual que enfatize a intersecção das categorias de *raça* e de *gênero*, uma vez ambas são frutos do mesmo projeto colonial que se consolidou no Ocidente e que invisibiliza as experiências de todas àquelas que se encontram simultaneamente dentro dessas realidades impostas.

Na argumentação da autora, na própria atribuição do conceito de gênero estão circunscritos o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado. Sendo assim, ela mostra que a heterossexualidade foi uma invenção colonial que permeou toda a construção do gênero e, por isso, essa segue sendo o único modelo válido para as pessoas se relacionarem no capitalismo eurocêntrico global. Lugones (2008) pontua que a heterossexualidade sempre funcionou de forma duramente violenta e perversa “[...]como ferramenta de conversão de pessoas “não brancas” em animais e de mulheres brancas em reprodutoras da Raça (branca) e da Classe (burguesa)”. Sendo assim, a partir da explanação desenvolvida até aqui sobre o campo de *História das mulheres*, fica evidente, portanto, que há uma intersecção entre as experiências que não pode mais ser ignorada pelo movimento feminista contemporâneo e é um grande desafio

epistemológico continuarmos tentando escrever esta História com tantas problemáticas colocadas no campo a partir do conceito desenvolvido por Joan Scott.

Scott (1992) aponta que no despertar das reivindicações feministas, a História das mulheres já nasceu tendo seu lugar específico justamente por consolidar a oposição binária que concebe sua narrativa a uma mera complementação e a algo tido como menor para a História. Dessa forma, houve a escrita da História dos homens, da política, das guerras e das grandes revoluções e numa direção contrária, houve o surgimento da História das mulheres, do lar e da família. A própria oposição fixa entre os relatos relega à narrativa feminista ao esquecimento, à “coisa de mulher”. O conceito de gênero, desta forma, segue sendo amplamente recusado pelos guardiões da disciplina e seu uso como uma categoria de análise continua se restringindo ao campo de História das mulheres e (agora) das relações de gênero, consolidando assim, o estabelecimento de uma História que já nasce em desvantagem numa disputa que ela mesma anuncia e revela.

Negras e Lésbicas desconstruindo a homogeneidade colonial

174

A consolidação dos papéis de gênero no ocidente europeu no século XIX que delimita funções sociais específicas para homens e mulheres, consolida também, a divisão das esferas público/privadas que reduz os movimentos da mulher europeia à esfera doméstica e permite ao homem branco o domínio de todas as instituições da esfera pública. Desse modo, as leis, as ciências e toda a vida social se edificam sob a perspectiva mundana desses homens brancos que vão reforçar cotidianamente a ideia das mulheres como suas subordinadas e como as únicas responsáveis do lar e da criação de seus filhos.

Perrot (2005) mostra que a própria divisão do trabalho será influenciada por este novo arranjo social que inaugura a ideia de “especialidades” e profissões femininas. A autora revela que as profissões que foram relegadas às mulheres estiveram sempre atreladas a ideia de servidão maternal e de cuidado, características entendidas como inatas ao sexo feminino. Assim, as noções de *feminilidade* e *masculinidade* surgem para comportar as atitudes e os papéis desempenhados por cada sexo e elas serão sempre pensadas como necessariamente opostas e naturais.

Dialogando com autoras negras, Freitas (2018) discorre sobre as análises da divisão das esferas público/privada terem sido marcadas pela perspectiva do feminismo hegemônico, tendo em vista que

[...] esse ideal de feminilidade que se expandia na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, com ênfase para o papel das mulheres como mães, parceiras e donas de casa amáveis para com seus maridos, em nada representava a realidade das mulheres negras. A “exaltação ideológica da maternidade” cabia apenas às mulheres brancas, já que para as meninas e mulheres negras o que havia era o trabalho pesado nas lavouras do amanhecer ao pôr do sol. A imagem da donzela resguardada, que teria a permissão para ter relações sexuais apenas após o casamento, também em nada se parecia com o cotidiano de violências e abusos sexuais pelo qual passavam as escravas, estupradas por seus senhores, capatazes, e outros negros - quando a importação de mão de obra africana foi proibida, a fim de reproduzir a população escravizada (Freitas, 2018, p.36-37).

Angela Davis (2016) discorreu brilhantemente sobre a questão mostrando que enquanto as mulheres negras criavam e cuidavam dos filhos das mulheres brancas, sua própria prole estava sendo vendida e enviada para longe, o que mais uma vez demarca o abismo entre as vivências das sujeitas que foram posteriormente condicionadas à identidade *mulher* em seus diferentes atravessamentos e processos de subjetivação.

Nesse sentido, Djamila Ribeiro (2015) retoma a crítica de Grada Kilomba à Simone de Beauvoir e sua análise que concebe a mulher como o “Outro” do homem, e revela que na realidade social, a mulher negra existe como “o Outro do Outro” por ter sido subordinada à categoria universal de *mulher* que colocou a mulher branca, europeia, heterossexual e classe média como o modelo a ser seguido; assim como ocorreu com a categoria de *negro*, que se forjou tendo como referencial a figura do homem africano.

Por serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (Kilomba, 2020, p. 124 apud Ribeiro, 2015, p. 43)

Patrícia Hill Collins (2016) já chamara atenção para a posição marginal das mulheres negras que as possibilitam perceber padrões que dificilmente seriam percebidos pelos grupos dominantes, a exemplo das categorias mencionadas acima. Desta forma, a

mulher negra é descrita pela autora como uma *outsider within*⁶, uma espécie de *forasteira de dentro*, cujo corpo subalterno permite a visualização de diferentes opressões que se interseccionam na esfera social.

Nesta mesma direção, o conceito de *interseccionalidade* é desenvolvido por Crenshaw (2002) e a autora apresenta sua *metáfora da intersecção* como uma tentativa de ilustrar os eixos de poder: etnia, gênero e classe como avenidas que “[...] estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” (Crenshaw, 2002, p. 177). Segundo ela, é por meio destas mesmas vias que as dinâmicas do desempoderamento se movem e essas geralmente são definidas como eixos distintos que são mutuamente excludentes. Nesta óptica, o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe seriam opressões de raízes diferentes. Crenshaw (2002) logo vai de encontro a essa ideia e defende que esses sistemas frequentemente se cruzam e se sobrepõem, o que cria interseções complexas onde dois a quatro de seus eixos se entrecruzam. Em suas palavras: “As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram[...]” e em consequência disso, elas “[...] estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias” (Crenshaw, 2002, p. 177).

A autora mostra que os corpos que são atravessados por múltiplas opressões em virtude de suas identidades, ou seja, as mulheres negras e diferentes minorias sociais, também são constantemente obrigados a negociar o tráfego que flui por meio desses cruzamentos e isso se torna uma tarefa bastante desafiadora, uma vez que o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Ela aponta que, em algumas situações, os danos serão causados quando o impacto de uma direção lançar vítimas em outro fluxo contrário. Em outros casos, haverá colisões simultâneas. Sendo assim, ela evidencia situações em que os danos interseccionais ocorrem e ilustra a dimensão “privilegiada” de viver dentre essas vias. Nesse sentido, a mulher negra se torna o sujeito marginal “privilegiado” do feminismo por perceber as contradições que permeiam o discurso feminista branco desde sua gênese.

Ribeiro (2015) e Davis (2016) buscam evidenciar isso, ao trazer à tona em suas obras o famoso discurso de Sojourner Truth intitulado “E eu não sou uma mulher?”

⁶O conceito foi originalmente apresentado no livro "Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment", publicado em 1990 pela autora.

proferido na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akronem Ohio, nos Estados Unidos em 1851, onde Truth já aponta essas contradições em meados do século XIX, antes mesmo da entrada massiva das mulheres nas universidades estadunidenses no século seguinte.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também agüentei [sic] as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851, s.p apud Ribeiro, 2015, p. 37)

Vale salientar a crítica feita por Truth ao modelo de feminilidade reivindicado pelas feministas brancas que tendia a conceber as mulheres como frágeis, passivas e sempre dependentes de seus maridos. Davis (2016 apud Freitas, 2018) aponta o caráter classista que orientou esta perspectiva e colocou a dona de casa, classe média branca como a porta-voz do feminismo e como o exemplo da realidade de todas as mulheres. A autora mostra que mesmo as trabalhadoras brancas das fábricas não foram contempladas por esse ideal, uma vez que a feminilidade esboçada pelos discursos feministas buscou valorizar a docilidade, fraqueza feminina e a submissão das mulheres diante dos homens.

Hooks (2020) ressalta a forte negação por parte dessas mulheres em reconhecer a questão racial dentro das discussões feministas e defende que isso não se deu por mera ignorância. A autora discorre sobre a organização inicial do movimento de mulheres estadunidense e mostra que em seu interior as mulheres brancas sempre silenciaram a discussão com o pretexto de uma possível divisão do movimento, tal como Gonzalez (2020) discorreu para ilustrar o caso brasileiro que seguiu os mesmos passos. Nessa mesma direção, Audre Lorde (2020) reivindica o reconhecimento da importância das diferenças entre as mulheres e argumenta que o poder pessoal feminino se forjaria a partir dessa conscientização. Para ela, seria justamente essas diferenças silenciadas que orientaria todo o potencial subversivo do movimento feminista. Desse modo, pode-se dizer que a consciência desenvolvida por essas teóricas negras sobre a identidade *mulher* contribuiu fortemente para revelar o mito da homogeneidade que permeia a sua construção conforme excepcionalmente elucidado por Lugones na seção anterior.

Ao trazer à tona a perspectiva lésbica na crítica ao sujeito do feminismo, Wittig (2019) explora brilhantemente este mito e reforça que o termo *mulher* por si só é uma fantasia a qual todas que foram marcadas com esse signo devem lutar para destruir. Indo de encontro aos discursos que defendiam que a natureza da mulher explicaria a sua opressão, ela mostra a armadilha que estabelece a divisão natural entre os sexos por esconder nas entrelinhas qualquer perspectiva de mudança social nas relações entre homens e mulheres. Nesta óptica, a subordinação feminina seria eterna, uma vez que estaria inscrita aos próprios corpos das mulheres. Logo, a autora recusa essas categorias de gênero, ressaltando a construção sociopolítica que permeia sua organização e que por isso, possibilita também, a sua destruição.

Para ela, um dos caminhos possíveis para desconstruir a categoria *mulher* seria justamente reforçar o entendimento de que as mulheres são o produto desta relação social, em suas palavras: ““Mulher” não é cada uma de nós, mas sim uma formação política e ideológica que nega “mulheres” (o produto de uma relação de exploração) [...]” (Wittig, 2019, s.p). Assim, “[...] “Mulher” existe para nos confundir, para ocultar a realidade “mulheres”” (Wittig, 2019, s.p). Em sua argumentação, Wittig (2019) defende que a existência lésbica chacoalha a suposta naturalidade das categorias de gênero, uma vez que a mulher lésbica foi sempre posta entre suas margens por não desempenhar a feminilidade esperada que fora atribuída a seu corpo. Ora, é acusada de não ser mulher “de verdade”, ora é acusada de querer ser um homem. E assim, toda a complexidade de seu ser é suprimida por essas categorias que nada dizem sobre sua realidade.

Wittig (2019) ressalta que viver entre as margens do que se considera *feminino* e *masculino*, ou dito de outro modo, *homem e mulher*, faz com que a lésbica seja algo além “[...] uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade [...]” (Wittig, 2019, s.p). A autora reforça que o corpo lésbico rompe drasticamente com o padrão de gênero imposto porque o discurso que estabelece a natureza das relações homem/mulher não concebe a sua existência como uma possibilidade. Assim, pode-se dizer que em sua concepção, a lésbica não é uma *mulher*, pois a *mulher* só existe em alteridade com o *homem* e em uma relação *heterossexual* que a tira a prerrogativa de seu ser. Para ela, a negação da lésbica como mulher vai muito além da recusa do papel social a ser desempenhado, se trata da “[...] recusa ao poder econômico, ideológico e político do homem” (Wittig, 2019, s.p).

Cabe dizer que na medida em que a autora reivindica a noção de mulheres no plural como produto da relação de exploração da *mulher*, ela destaca as múltiplas possibilidades “de ser” que emergem do discurso e a importância destas subjetividades para a desconstrução do mito. Desta forma, reivindicar *mulheres*, é o primeiro passo para se negar a *mulher* e um caminho para se chegar ao seu fim. A autora defende a abolição dessas categorias que estruturam a realidade social e que naturalizam a heterossexualidade como a base da relação entre os corpos sexuados.

Destruir a “mulher” não significa que queiramos, [...] destruir o lesbianismo junto com as categorias de sexo, porque o lesbianismo oferece no momento a única forma social em que podemos viver livremente. Lésbica é o único conceito que eu conheço que está fora das categorias de sexo (mulher e homem), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente. Pois o que faz uma mulher em uma relação social específica com um homem, uma relação que chamávamos anteriormente de servidão, uma relação que implica obrigação social e física, bem como obrigação econômica (“residência forçada”, trabalho doméstico, deveres conjugais, ilimitada produção de filhos etc.), uma relação da qual as lésbicas escapam, recusando-se a se tornar ou permanecer heterossexuais. (Wittig, 2019, s.p.)

A lésbica, nessa óptica, pode ser considerada um outro sujeito marginal “privilegiado” do feminismo por perceber que a realidade social se estrutura por meio de um sistema político que condiciona às mulheres aos homens e que por isso, tenta a todo custo apagar sua existência como possibilidade. Sendo assim, as diferentes perspectivas que surgiram no interior do movimento feminista, a partir das contradições explanadas até aqui, indica a necessidade imediata de se superar essas categorias que serviram e ainda servem para a subordinação social das mulheres e a manutenção do modo de produção capitalista. Logo, a proposta de Wittig (2019) em reforçar o entendimento de que as mulheres são sujeitas plurais e diversas, talvez seja mesmo o caminho.

De acordo com Haider (2019), é por meio da afirmação acríica dessas identidades pelos mais diferentes grupos minoritários que o capitalismo com toda a sua plasticidade se reorganiza. A fragmentação política dos sujeitos em determinados grupos sociais faz com que estes orientem suas lutas e reivindicações a partir desses lócus de enunciação estabelecidos sem levar em conta suas raízes. Sendo assim, ele defende que as minorias sociais necessariamente precisam considerar o sistema capitalista como a gênese de toda essa fragmentação identitária para negarmos à subjetividade colonial que determina tudo

isso. Nesta óptica, a afirmação de uma identidade específica “[...] é feita apenas para que um dia seja possível superá-la” (Almeida, 2019, s.p).

O autor traz à tona o ativismo feito pelo coletivo estadunidense Combahee River formado por mulheres lésbicas e negras em Boston de 1974 para ilustrar essa percepção revolucionária. Haider (2019) mostra que as integrantes do coletivo acreditavam que as próprias experiências marginais as ajudavam na construção de suas reivindicações e identidades políticas, tendo em vista que estas as possibilitaram perceber outras dinâmicas hierárquicas no cenário social que se relacionavam. Para elas que cunharam o termo “identitário”, erroneamente utilizado na atualidade, a identidade foi pensada como uma via para a organização das mulheres negras que precisavam de uma análise mais profunda sobre a violência cotidiana que vivenciavam, não para afirmarem uma luta separada das demais, mas sim para enfatizarem o processo que orientava todas essas opressões.

O que estávamos dizendo é que temos o direito como pessoas que não são apenas mulheres, que não são unicamente negras, que não são apenas lésbicas, que não são apenas da classe trabalhadora, ou trabalhadoras - que somos pessoas que incorporam todas essas identidades e que temos direito de construir e definir a teoria e prática políticas baseadas nessa realidade... Isso é o que quisemos dizer com a política identitária. Não estávamos dizendo que não ligamos para ninguém que não fosse exatamente como nós. (Taylor, 2017 apud Haider, 2019, p. 30)⁷

Haider (2019) elucida que já naquele contexto, as integrantes do coletivo perceberam as intersecções que envolviam suas experiências como mulheres, lésbicas e negras e as armadilhas que permeiam essas identidades se pensadas separadamente. Reivindicar a categoria *mulheres*, portanto, é mostrar na prática cotidiana que as subjetividades são múltiplas e serão sempre atravessadas por outras categorias impostas pelo capital. Nesse sentido, as mulheres são brancas, negras, amarelas, indígenas, lésbicas, pobres, trabalhadoras, dentre outros inúmeros signos coloniais que influenciam diretamente seus processos de subjetivação e organização política.

Segundo Lorde (2020), reconhecer essas diferenças é um desafio que precisa ser necessariamente enfrentado pelas feministas⁸ na atualidade. Ela destaca que as

⁷ Essa fala de uma das integrantes do coletivo, se trata de uma fala atual em que ela tece uma crítica aos usos equivocados do termo pelos movimentos sociais, pensado em um primeiro momento, com o objetivo de introduzir a importância da identidade para a organização política.

⁸ Cabe dizer que toda a argumentação desta segunda seção foi pensada de modo a visibilizar outras vozes feministas suprimidas pelo feminismo hegemônico, sendo as autoras, com exceção de Michelle Perrot, todas negras e/ou lésbicas. Sendo assim, a crítica de Audre Lorde ao movimento não se deu por razões de antifeminismo, mas sim, por ter sido uma voz silenciada por sua condição de mulher negra e lésbica.

ferramentas que orientaram o ativismo das mulheres em um primeiro momento, não podem continuar sendo as mesmas utilizadas pelo opressor. Em suas palavras: “elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (Lorde, 2020, p. 137). Desse modo, a autora reforça o caráter racista do movimento feminista, que não concebeu as mulheres negras como mulheres, também chamando atenção para a lesbofobia de algumas mulheres com as lésbicas sob o pretexto das diferenças entre suas realidades. Para ela, a fragmentação das identidades que servem para dividir e conquistar grupos minoritários no sistema capitalista, deveria ser vista pelas feministas como uma forma de se organizarem politicamente por meio da definição própria e empoderamento feminino.

Considerações Finais

Partindo de todo exposto, teve-se como objetivo evidenciar as contradições inerentes à construção social do gênero no ocidente europeu, a partir do estabelecimento dos papéis sociais considerados adequados aos corpos sexuados que forjaram os “homens” e as “mulheres” em sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que a contribuição das Epistemologias do Sul, bem como as perspectivas analíticas de negras e lésbicas sobre a categoria *mulher*, foram determinantes para a desconstrução do mito e conseqüentemente, para a realização desta pesquisa. A partir destas vozes e desses não-lugares, pudemos perceber a relação da consolidação destes estereótipos sexistas com o desenvolvimento global do sistema capitalista moderno, uma vez que a delimitação de comportamentos considerados adequados aos sexos, teve como finalidade enclausurar e hierarquizar corpos para a manutenção do sistema capitalista.

Apesar de alguns grupos terem sido excluídos da divisão sexual estabelecida em um primeiro momento, hoje eles se veem pertencentes a essas categorias forjadas e sofrem com as conseqüências diretas de não serem plenamente contemplados por estas. Assim, no interior dos movimentos feministas, há vozes que seguem sendo silenciadas justamente pela armadilha deste arranjo colonial e se faz cotidianamente necessário, visibilizarmos essas vozes e experiências múltiplas. Ao abraçarmos as diferenças visíveis entre as mulheres, conseguimos vislumbrar um horizonte de possibilidades para uma luta coletiva que substitua a *mulher* e suas reivindicações excludentes, para dar lugar às *mulheres* e suas lutas contra todas as formas de opressões sociais impostas pelo capital. Este segue sendo o desafio.

Referências Bibliográficas:

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 99-127, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DO AMARAL ALVES, Gláucia da Rosa; BECKER, Elisbeth Léia Spode. As mulheres e a historiografia. *Disciplinarum Scientia/ Ciências Humanas*, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Paco Editorial, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Orgs. Flavia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*. Veneta, 2019.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução BhuviLibanio. – 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix, 2019

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História São Paulo*, v. 24, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RIBEIRO, Djamila. *Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política*. 2015. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Revista periódicus*, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 63-96.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 281-300, 2007.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. *Revista ártemis*, v. 3, 2005.

VIANA, Ana Carolina; SANTOS, Cristiane; EZECHIELLO, Rafaela. A hipersexualização da mulher negra. *Materializando conhecimentos*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2019.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: *Bazar do Tempo*, p. 83-92, 2019.